A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS NA PROTEÇÃO DE DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO CASO “COMPLEXO DO TATUAPÉ VS. BRASIL”

THE PERFORMANCE OF THE ORGANIZATION OF AMERICAN STATES IN THE PROTECTION OF CHILDREN'S RIGHTS IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE CASE "COMPLEXO DO TATUAPÉ VS. BRAZIL"

Isabelle Cristinne Morais¹
Marina Ubarana Marinho²

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo analisar os desdobramentos da atuação das entidades da Organização dos Estados Americanos frente ao caso “Complexo do Tatuapé vs. Brasil”, a fim de explorar a (in)suficiência das medidas estabelecidas, quanto ao seu papel de promover a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Para tanto, por meio de fontes documentais, e do método de pesquisa expositiva-analítica, este presente artigo explica como se dá a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com ênfase sobre suas funções, para logo após, refletir sobre a repercussão do caso em que o Brasil foi responsabilizado pela violação de uma série de dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Corte IDH. CIDH. Efetividade. Direitos das Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

This article aims to analyze the outcomes of the entities of the Organization of American States works in the case of "Complexo do Tatuapé vs. Brazil", in order to explore the (in)sufficiency of established measures, regarding their role in promoting the protection of the rights of children and adolescents. To this end, using documentary sources and the expository-analytical research method, this article explains how the Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights operates, with an emphasis on its functions, to later discuss the impact of the case in which Brazil was held responsible for violating a series of provisions of the American Convention on Human Rights.

Keywords: I/A Court H.R. IACHR. Effectiveness. Rights of Children and Adolescents.

INTRODUÇÃO

A edição da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, consolidou-se no continente americano como principal diploma de proteção e garantia dos direitos humanos, e não meramente devido sua abrangência geográfica, instituindo o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), mas pelo seu extenso e completo catálogo de direitos, fundando-se no respeito aos direitos humanos essenciais.

¹ Mestranda em Direito na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (PPGD/UNESP-Franca). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Advogada. E-mail isabellecmor@gmail.com.

² Advogada. Assessora do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Advogada. E-mail: marinamarinho9@hotmail.com.

Destaca-se que na referida Convenção, desde ali as crianças e adolescentes foram percebidas como um grupo vulnerável da sociedade que precisam de garantias e proteção específicas.

O Brasil, estado-membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), e conseqüentemente integrante do SIDH, ao promulgar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e posteriormente em 1992, aderir e promulgar a CADH, efetivamente concretizou o compromisso de desenvolver uma política nacional de proteção e garantia de direitos humanos *lato sensu*. Nesse ínterim, inclusive, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), institucionalizado pela Lei Federal n.º 8.069/1990, com o afimco de regulamentar o artigo 227 da CRFB/88, estabelecendo, ao fim, um conjunto de direitos fundamentais.

No âmbito internacional, a tutela aos direitos das crianças e dos adolescentes precederam e embasaram os avanços percebidos no Brasil, como por meio da Declaração dos Direitos da Criança de 1959, e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, ambos da Organização das Nações Unidas (ONU), este último ratificado pelo Brasil em 1990. Ademais, dentro do próprio SIDH, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao estabelecer um padrão interpretativo à CADH por meio de recomendações, concedeu uma extensão na proteção de diversos direitos, dentre os quais, à criança e ao adolescente.

É bem verdade que a relevância e cuidado que o Estado brasileiro brasileiro concede à infância e juventude se evidencia nas disposições de direito interno, contudo, para além disso, ao considerar o Brasil inserido no SIDH, vislumbra-se sua responsabilidade também na ótica internacional, principalmente diante do fato de expressamente reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Isto porque, quando as recomendações da CIDH são inobservadas, submete-se o caso à jurisdição internacional. Diante dessa conjuntura, a pesquisa em questão investiga a eficácia da atuação da Corte IDH, em parceria com a CIDH, em serem instrumentos de garantir os direitos à vulnerável camada da sociedade referente às crianças e aos adolescentes, realizando-se um recorte no específico âmbito de privação de liberdade no Brasil.

Para tanto, investiga-se a atuação da Corte IDH no caso do Complexo do Tatuapé, ocorrido no estado de São Paulo/Brasil, apresentado pela CIDH à Corte no ano de 2005, cuja relevância está configurada pela existência de violação de uma série de dispositivos do Pacto São José da Costa Rica e, conseqüentemente, da legislação interna brasileira. Ainda, pretende-se responder se as medidas requeridas pela Comissão e proporcionadas pela Corte se traduzem como eficazes na proteção, garantia e promoção dos direitos humanos de forma ampla.

Para a realização do presente trabalho, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental, sob uma abordagem qualitativa, de livros, artigos, monografias, legislação pátria e normas internacionais, de forma expositiva e analítica, e por meio do método dedutivo. Ainda, há como fonte de pesquisa os dados extraídos do *website* da Organização dos Estados Americanos. Ao fim, considerando a completude do ordenamento pátrio, pretende-se demonstrar as lacunas vigentes na atuação interventiva das entidades da OEA para evitar a reiteração de violação aos direitos humanos, e especificamente, dos direitos das crianças e dos adolescentes, para então propor uma nova perspectiva às suas respectivas atuações.

1 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Muito embora no Brasil a Constituição da República Federativa do Brasil,

promulgada em 1988, seja o marco transformador de novos paradigmas internos e responsável pela sanção de nova legislação especial sobre os direitos das crianças e adolescentes, do qual se sucedeu o Estatuto da Criança e Adolescente, o panorama das garantias a estes indivíduos adveio de um cenário internacional de edição de diversos documentos internacionais sobre a temática.

Dentre essas normativas, cabe mencionar a Declaração dos Direitos da Criança de 1959; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, também conhecidas como Regras de Beijing; as Diretrizes da Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil; as Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade, também conhecida como Diretrizes de Riad; e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (BAZÍLIO; KRAMER, 2003). Basicamente todas essas normas são admitidas e reiteradas pelas entidades da OEA.

Compreendido o cenário internacional, é imprescindível pormenorizar acerca do ordenamento jurídico brasileiro. Por sua vez, o artigo 5º da CRFB/88 contém um extenso rol que elenca uma série de direitos e garantias fundamentais aos indivíduos, com o evidente objetivo de buscar elevar a dignidade humana como um bem maior que deve ser resguardado pelo Estado. Seguindo esse viés, as premissas da garantia ao homem e à sociedade culminam na proteção constitucional à criança e ao adolescente, especificamente prescrito no artigo 227. Aliás, é interessante frisar que esse dispositivo é completamente embasado nos termos da supramencionada Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (BRASIL, 1988).

A atenção a esse grupo vulnerável pode ser percebida também diante do fato que a primeira lei infraconstitucional aprovada após a Constituição de 1988 foi justamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Complementar n.º 8.069 de 1990). A referida legislação tinha a importante missão de regulamentar o dispositivo constitucional 227, e assim prescrever uma doutrina de proteção e garantia de direitos à infância e à juventude que melhor refletisse o Estado de Direito formado após a Constituição Federal (BRASIL, 1990). Por essa razão é que se afirma que ambas normas se mostram como importantes marcos de transformação dos direitos da criança e do adolescente no plano teórico, haja vista que persistem severas dificuldades em efetivar o assegurado por lei.

Inclusive, inobstante à completude da doutrina de proteção à infância e à juventude trazida por essas normas, tanto no plano constitucional como infraconstitucional, como fruto de ampla mobilização das entidades e movimentos sociais, outras leis também puderam complementar os princípios, garantias, direitos, e propósitos em gerais prescritos, ao disciplinar de forma específica sobre determinados temas.

Assim é o caso da Lei n.º 13.431/2017, que instituiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, da Lei n.º 13.010/2014, que proíbe o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina ou educação, e ainda a Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Sobre esta última lei em específico – que trata sobre matéria objeto da presente pesquisa –, é relevante destacar que o Sinase complementa o ECA no tocante à execução das medidas socioeducativas³, de modo que sua regulamentação se ajusta à doutrina de proteção dos direitos da criança e do adolescente consolidada no

³ Cf. art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

ordenamento jurídico (LIBERATI, 2012), a qual, contudo, reiteradamente não é aplicada na prática institucional.

Antes de adentrar ao caso "Complexo de Tatuapé", é imprescindível compreender a dinâmica das entidades da OEA para a análise de seus respectivos funcionamentos frente ao panorama da proteção dos direitos de crianças e adolescentes privados de liberdade.

2 A PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DENTRO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

A origem do Sistema Interamericano de Direitos Humanos adveio da criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, entre meados de 1889 a 1890, na Primeira Conferência Internacional Americana, realizada nos Estados Unidos, do qual se articulou uma série de disposições ao mais antigo sistema institucional internacional, o SIDH. Respectivamente, a Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo, e para atingir seus objetivos, quais são, em suma, alcançar a ordem de paz e de justiça, e defender sua integridade territorial, tem como princípios basilares a democracia, os direitos humanos, e o desenvolvimento (PIOVESAN, 2014).

Cabe mencionar que, apenas quase cinquenta anos depois, em 1948, a OEA aprovou o primeiro documento internacional de direitos humanos de caráter geral, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, e em 1969, aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, como supracitado, também conhecido como Pacto de São José da Costa Rica, entrando em vigor apenas dez anos mais tarde, em 1978. Sobre a CADH, enfatize-se que não só houve a definição extensiva de direitos humanos, que os Estados então ratificantes se comprometeram internacionalmente a garanti-los, mas também houve a criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e determinação de atribuições e procedimentos tanto da Corte como da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, atuante desde 1960 (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2024).

Registre-se que 25 (vinte e cinco) países ratificaram a CADH – ou seja, aceitaram a competência consultiva da Corte IDH –, sendo eles Argentina, Barbados, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela, e Brasil, o qual ratificou a adesão à CADH em 1992, por meio do Decreto n.º 678. Entretanto, apenas 20 (vinte) países aceitaram a competência contenciosa da Corte, ficando de fora Dominica, Granada, Jamaica, Trinidad e Tobago e Venezuela (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2024).

Mais especificamente, de acordo com o artigo primeiro de seu Estatuto, o objetivo da Corte IDH é a *aplicação* e a *interpretação* da CADH, o que em outras palavras se revela como a função de proteção e monitoramento da Convenção (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1979). Conforme Mazzuoli (2014), a Corte efetiva seu propósito através da resolução de casos de violação de direitos humanos perpetrados pelos Estados-partes da OEA e que tenham ratificado a Convenção Americana.

Ocorre que, apesar de sua origem ser ainda no século XIX, é possível dizer que a consagração do SIDH efetivamente se deu durante um momento repressivo e autoritário na América Latina. Isto pois, foi na entrada em vigor da Convenção Americana de Direitos Humanos em 1978, em que muitos dos Estados da América

Central e do Sul ainda eram governados por ditaduras, que devido às omissões e falhas de instituições nacionais, o SIDH se mostrou como um eficaz instrumento de garantia de direitos humanos, permitindo a desestabilização dos regimes ditatoriais. No decorrer dos anos até o presente momento, sua atuação passou a se desdobrar em prol do fortalecimento das instituições democráticas, combatendo as violações de direitos humanos por meio de seus órgãos, como a CIDH e a Corte IDH (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2024).

2.1 A função da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um importante órgão do SIDH que foi criada pela 5ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores em 1959, cujo primeiro estatuto foi estabelecido em 1960, ano em que houve o início de suas atividades. A visibilidade da atuação da CIDH é evidente, visto que, conforme prevê a Carta da OEA, a CIDH possui funções ambivalentes: além de órgão da Organização dos Estados Americanos, é órgão previsto pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e, embora ambos sejam parte do SIDH, e todos os Estados-partes da Convenção Americana sejam obrigatoriamente membros da OEA, a recíproca não é verdadeira (MAZZUOLI, 2019).

Nesse íterim, enquanto a Carta da OEA estabelece que a Comissão, como seu órgão principal, tem como função a promoção da observância e a defesa dos direitos humanos de forma consultiva (FIX-ZAMUDIO, 1999), a CADH dispõe que o Estado que ratificar a referida convenção reconhece automática e obrigatoriamente a competência do exame de comunicações que denunciem violações de direitos humanos perpetradas por um Estado-parte. Ou seja, persistem funções diversas no mesmo órgão, apesar de convergirem quanto o objetivo uno da CIDH, o qual, em suma, refere-se à promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano (PIOVESAN, 2013).

De todo modo, o que é peculiar à CIDH, é seu poder de transmutar em vários importantes papéis, consoante observou o internacionalista mexicano César Sepúlveda (1983, p. 198-199):

a) conciliadora, entre un gobierno y los grupos sociales que se sienten afectados en los derechos de sus miembros; b) asesora, aconsejando a los gobiernos que lo soliciten para adoptar medidas adecuadas para promover los derechos humanos; c) crítica, al informar sobre la situación de los derechos humanos en un Estado miembro de la OEA, después de atender los argumentos y las observaciones del gobierno interesado y cuando persistan las violaciones; d) legitimadora, en los supuestos en que un gobierno, como resultado del informe de la Comisión sucesivo a una visita o a un examen, se aviene a reparar las fallas de sus procesos internos y corrige las violaciones; e) promotora, al efectuar estudios sobre temas de derechos humanos para promover su respeto, y f) protectora, cuando además de las actividades anteriores, interviene en casos urgentes para pedir al gobierno contra el cual se ha presentado una queja que suspenda su acción e informe sobre los hechos.

Especificamente na OEA, desde 1961 a CIDH realiza *visitas in loco* para averiguar a situação geral dos direitos humanos em um país, ou ainda em uma das situações particulares. A partir das observações realizadas nas visitas, elaboram-se informes especiais, também chamados de informes de país, havendo sido publicado até agora 79 destes. Ainda, desde 1965, houve expressa autorização à CIDH para receber e processar denúncias sobre casos individuais que versem sobre supostas

violações de direitos humanos, que gera, por sua vez, informes finais, encontrados nos informes anuais da Comissão, devidamente realizados desde 1970 (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2024).

Noutra vertente, restringindo a competência da CIDH nos moldes dos Estados-partes da CADH, para que haja análise da petição denunciante de violação de direitos humanos, seja interposta por cidadãos ou entidades não-governamentais, é imprescindível que o procedimento tramite por duas etapas, primeiramente verificando os requisitos de admissibilidade, e, posteriormente, a observância ao contraditório (FIX-ZAMUDIO, 1999). Da primeira etapa, se destaca o prévio esgotamento dos recursos internos – ressalvada a hipótese de injustificada demora processual, ou ausência no ordenamento jurídico nacional a garantia do devido processo legal –, e a inexistência de litispendência internacional (PIOVESAN, 2013).

Todo o processo perante a Comissão é regulado pelos arts. 48 a 51 da CADH. Em síntese, uma vez admitida a denúncia, verifica-se a existência de motivos da petição, por meio da solicitação de informações ao Estado ao qual pertença a autoridade apontada como responsável pela violação alegada, para, em caso de prosseguimento e não arquivamento do expediente, registrá-lo como um caso (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

Nesse cenário, através de um informe preliminar, pretende-se primeiramente chegar a uma amistosa, porém, em casos graves e urgentes, realiza-se uma investigação. Findo esse momento, inexistindo solução amistosa e, na hipótese da Comissão vislumbrar violação de direitos humanos, prepara-se um relatório, também chamado de segundo informe, contendo proposições e recomendações, que se descumpridas, a CIDH poderá submeter o referido caso à Corte IDH (MAZZUOLI, 2019). De mais a mais, quanto aos supracitados informes da Comissão, a jurisprudência da Corte IDH converge ao entendimento de que, no SIDH, persiste força vinculante em todas as decisões terminativas, ainda que não sejam sentenças da Corte (RAMOS, 2012).

2.2 A atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos como *ultima ratio*

Por seu turno, apesar de semelhantemente a CIDH, a Corte Interamericana de Direitos Humanos preza pela observância do cumprimento das disposições das normas que compõem o ordenamento jurídico da SIDH, diferenciando-se da Comissão por ser uma instituição judicial autônoma originária e exclusiva da CADH, criada pelo respectivo art. 33, e cujas normas de funcionamento estão contidas nos arts. 52 a 73 (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

A Corte IDH detém uma dupla competência, sendo uma consultiva, emitindo opiniões interpretativas a respeito normas internacionais de direitos humanos, e uma competência contenciosa, de caráter jurisdicional, sendo assim, própria para julgar casos concretos de violação a direitos humanos protegidos pela CADH (MAZZUOLI, 2019). Além disso, pode-se outorgar medidas provisórias, contudo, de acordo com artigo 63, parágrafo 2º, essa função só é utilizada em extrema gravidade e urgência, isto é, para evitar possíveis danos irreparáveis (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

A função consultiva se estende a todos os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, cuja aceitação é automática à ratificação. Nesse sentido, conforme prescrito no art. 64, possibilita-se que haja consulta sobre a interpretação da CADH ou até mesmo de outros tratados acerca da proteção dos direitos humanos. Noutra lado, a competência contenciosa é limitada aos Estados-partes que

reconhecem expressamente a jurisdição da Corte, conforme o art. 62 da CADH, sendo um ato facultativo e realizado posteriormente à ratificação. Frise-se que o Brasil aderiu à competência contenciosa da Corte em 1998, por meio do Decreto Legislativo n.º 89. Logo, nessa função há a resolução de casos por intermédio de sentença e ainda, caso necessário, pode haver sua respectiva supervisão, conforme dispõe o parágrafo 1 do artigo 63 (MAZZUOLI, 2019).

Antes de adentrar exclusivamente à competência contenciosa da Corte IDH, é válido assinalar que por meio da ampla jurisdição consultiva, a Corte tem contribuído para contribuir conceitualmente na seara internacionalista de direitos humanos, bem como para conferir expressão judicial a princípios, e uniformidade e consistência à interpretação de previsões substantivas e procedimentais relativas a direitos humanos (PIOVESAN, 2013).

Pois bem, no que concerne à competência contenciosa da Corte IDH, tanto os particulares quanto as instituições privadas estão impedidos de ingressar diretamente à Corte, de acordo com o constante no art. 61 da CADH. Assim, conforme supracitado, cabe à Comissão, que finda atuante como uma instância preliminar à jurisdição, submeter o caso ao conhecimento da Corte. Lembre-se que há também a hipótese de outro Estado pactuante acionar a Corte. De toda sorte, em ambos casos, nos termos do art. 67, a Corte profere sentenças definitivas e inapeláveis, isto é, de cunho obrigatório aos Estados que reconheceram a sua competência, ou seja, aos países que tenham anteriormente aceitado a jurisdição do tribunal (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

Neste sentido, a sentença possui um duplo efeito de vinculação. O primeiro se refere ao indiscutível caráter vinculante e efeito direto para os Estados-partes condenados, como propriamente coisa julgada. Já o segundo se circunscreve em sua autoridade interpretativa para os demais Estados-membros, como 'coisa julgada internacional', visto que, reitera-se, reconhecem a autoridade da Corte (MAZZUOLI, 2019).

Nos termos do art. 68 da Convenção, os Estados-membros comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes, não podendo causar embaraços à necessária execução das decisões no plano do seu Direito interno, e para tanto, devem adotar todas as medidas necessárias para que a execução possa se operar de modo eficaz (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

Sobrevém que no sistema interamericano, não há mecanismo específico para supervisionar o cumprimento dos informes da Comissão ou, nesse caso, das decisões da Corte, nada havendo sido estabelecido na CADH. Desse modo, nos dizeres de Antônio Augusto Cançado Trindade e Manuel E. Ventura Robles (2004, p. 295), ainda que:

Los Estados, por lo general, cumplen con las reparaciones que se refieren a indemnizaciones de carácter pecuniario, pero no sucede necesariamente lo mismo con las reparaciones de carácter no pecuniario, en especial las que se refieren a la investigación efectiva de los hechos que originaron las violaciones, y la identificación y sanción de los responsables, - imprescindibles para poner fin a la impunidad (con sus consecuencias negativas para el tejido social como un todo).

Desse modo, é a Corte Interamericana que exerce *motu proprio* a supervisão da execução de suas sentenças, e são Estados-partes da Convenção que exercem a tarefa de supervisão da devida execução das sentenças da Corte IDH, em garantia coletiva. Ainda, visto que as decisões internacionais que versem sobre matéria de

direitos humanos devem produzir eficácia jurídica direta, imediata e obrigatória no âmbito do ordenamento jurídico interno dos países, à luz do princípio da boa fé, cabe aos próprios Estados a execução das sentenças, por intermédio de seus mecanismos nacionais de implementação (PIOVESAN, 2014). Em outras palavras, tem-se que, ao inexistir um dispositivo próprio e, por consequência, a possibilidade da Corte IDH, por si só, executar a sentença, as decisões findam por serem ineficazes, fator este que compromete a atuação da Corte.

2.3 A OEA e a proteção dos direitos das crianças privadas de liberdade

Como anteriormente dito, cabendo à Comissão analisar o respeito aos direitos humanos, e à Corte defender o disposto na CADH, significa dizer que é dever dessas entidades, em conjunto, prezar e resguardar os direitos relacionados à dignidade da pessoa humana dispostos na Convenção. Aliás, a dignidade da pessoa humana pode ser conceituada como:

[...] a garantia essencial de proteção e respeito ao ser humano, em seus aspectos físico, psíquico e social, tanto com relação ao Estado, como em relação aos particulares. [...] o ser humano deve ser inviolável em sua dignidade corporal, não podendo o seu corpo ser vítima de maus-tratos; em seu aspecto psíquico, envolve um não fazer, para salvaguardar o indivíduo de qualquer instrumento de pressão ou tortura psicológica, e por fim, em seu aspecto social, exige-se do Estado certas prestações positivas, de modo a garantir o mínimo existencial à vida dos indivíduos, como, por exemplo, o direito à saúde, moradia, alimentação e à educação (BICHARA; PAIVA, 2011, p. 6-7).

Dentre estes direitos, podem ser citados como pertinentes ao estudo o direito à vida (artigo 4º) – o qual resguarda que toda pessoa tem o direito de ter sua vida respeitada e protegida por lei –, o direito à integridade pessoal (artigo 5º) – estabelecendo que “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral” –, o direito à liberdade e segurança pessoal (artigo 7º) – no sentido de que ninguém poderá ser privado de sua liberdade física, a não ser quando observadas as causas e as condições previamente fixadas pelas Constituições dos Estados ou pelas leis conformes com elas (RAMOS, 2018) –, o direito à proteção da honra e da dignidade (artigo 11), o direito à igualdade perante a lei (artigo 24) e o direito à proteção judicial (artigo 25) (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

Tais garantias são importantes em se trazer à baila neste estudo, visto que as crianças, antes mesmo de serem identificadas e denominadas dessa forma pela sua faixa etária, são seres humanos dignos de proteção e observância de todos os direitos supracitados.

A priori, é importante frisar a definição de criança e adolescente adotada pela CADH. Esta Convenção, ao conferir proteção especial aos direitos humanos das crianças, não preocupou-se em definir normativamente o conceito de criança. Nesse sentido, por essa omissão colocar em risco estes direitos e garantias previstos na Convenção, a CIDH solicitou à Corte IDH opinião consultiva sobre a matéria. Acatada a solicitação, foi emitida a Opinião Consultiva n.º 17/2002, em 28 de agosto de 2002, em que o foi adotado o critério objetivo da idade adotado no artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989 (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1989). Portanto, definiu-se criança como toda pessoa menor de 18

anos de idade, exceto se na legislação do Estado a maioria fosse alcançada mais tarde.

Sobre os direitos e garantias conferidos a essa parcela da sociedade, a CADH admite que as crianças necessitam de medidas de proteção especiais, as quais devem ser garantidas pela sua família, pela sociedade e pelo Estado⁴. Além disso, a mesma Convenção também traz o direito à integridade pessoal⁵, estabelecendo que todas as pessoas devem ter sua integridade física, psíquica e moral respeitadas, além de tratar pontos cruciais sobre a privação de liberdade, no sentido de que a pena não retira do ser humano a sua dignidade e nem deverá passar da pessoa do delinquente e determinando, também, a separação entre condenados e processados.

3 O BRASIL NO BANCO DE RÉUS DA CORTE IDH

Realizada a abordagem da temática no âmbito interno, diante da tutela e proteção de direitos às crianças e aos adolescentes, bem como no âmbito internacional, através da exploração do funcionamento da CIDH e da Corte IDH, o presente artigo trará um emblemático caso em que a Corte IDH determinou medidas provisórias ao Brasil em situação referente ao sistema socioeducativo.

A fim de que possa ser observada a aplicação da normativa abordada, a jurisprudência será tratada de maneira expositiva e crítica, relacionando-a com a realidade brasileira. Ademais, a escolha do referido caso do Complexo do Tatuapé foi realizada por este ter sido um caso já concluído e por se identificar com a grande realidade do sistema socioeducativo brasileiro até os dias atuais, conforme poderá ser observado a seguir.

3.1 O caso “Complexo do Tatuapé vs. Brasil”

Em dezembro de 2004, a CIDH determinou medidas cautelares em relação aos adolescentes do Complexo Tatuapé da Febem, acolhendo as denúncias de que demonstravam haver risco iminente de danos irreparáveis aos internos. Mediante o descumprimento de tais medidas, o caso acabou por ser encaminhado à Corte IDH (REPÓRTER BRASIL, 2005).

Na presente ocorrência, o requerimento de medidas provisórias deu-se em razão, como supracitado, da ameaça de dano irreparável aos internos, o qual decorria dos relatos frequentes de coações, agressões físicas, alegações de tortura e motins, sem que houvesse medidas eficazes para remediar a situação. Portanto, mediante os fatos, em 30 de novembro de 2005, a fundamentação da petição das medidas provisórias baseou-se no risco e vulnerabilidade em que se encontravam a vida e a integridade física dos adolescentes privados de liberdade nesta instituição. Portanto, foi determinado que o Estado deveria adotar de forma imediata as medidas necessárias para proteger a vida e integridade pessoal de todas as crianças e adolescentes presentes no Complexo do Tatuapé da Febem (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2005).

Ainda na mesma audiência pública, a Corte IDH (2005) reiterou as medidas provisórias anteriormente outorgadas pela CIDH e acrescentou diretrizes mais específicas ao requerer ao Estado a redução substancial da aglomeração no Complexo do Tatuapé; o confisco das armas que estivessem em poder dos adolescentes; a separação dos internos conforme os padrões internacionais sobre a

⁴ Cf. art. 19 da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.

⁵ Cf. art. 5º da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.

matéria; e a prestação de atenção médica aos internos como forma de garantia ao direito à integridade pessoal.

As medidas provisórias foram renovadas até o ano de 2008 e, em 25 de novembro de 2008, a Corte IDH observou que o Estado procedeu à desativação paulatina do Complexo de Tatuapé e transferiu os internos para outras unidades que não apresentavam superlotação. Na sequência, as instalações do Complexo de Tatuapé foram completamente destruídas em 16 de outubro de 2007 (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2008).

Registre-se que a Corte IDH toma conhecimento das respectivas mudanças por meio do envio de relatórios periódicos pelos Estados, os quais devem relatar sobre o avanço de implementação das medidas até sua integral execução. Essa estratégia diferenciada de acompanhamento da implementação é um diferencial dos sistemas de proteção internacional. Aliás, é por meio de audiências públicas que as partes envolvidas no caso encontram, de forma conjunta, os caminhos mais viáveis para alcançar o total cumprimento. Para tanto, os Estados ainda possuem o dever de nomear pessoas idôneas para assumir a responsabilidade desse processo de implementação (DI REZENDE, 2021).

O caso em questão foi ao fim solucionado por meio de medidas provisórias, não chegando a ser minuciosamente apreciado e seguido por uma decisão final, qual seja, a sentença. Isso porque, nos termos do artigo 42 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em qualquer momento do processo, a Comissão pode decidir pelo arquivamento dos autos, isso caso não mais subsistam os motivos que originaram a petição ou o caso, ou não conseguir as informações suficientes para se formar uma decisão sobre o caso (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2009).

Inicialmente, seria possível ponderar que a Resolução da Corte IDH em tela pode ser compreendida como uma decisão interlocutória, por ser um ato judicial dotado de carga decisória, mas sem a análise do mérito. Contudo, o Regulamento da CIDH (2009) expressamente consigna no §3º do artigo 42 que a decisão de arquivamento é definitiva, razão pela qual se compreende que se está em uma decisão terminativa, com caráter de sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito.

Somente quando a Comissão decidir pelo prosseguimento dos autos é que se sucederá a realização de uma efetiva investigação do contexto da petição. Por essa razão, milita-se em favor do entendimento de que no caso em comento, o mero estabelecimento de medidas provisórias não pôde ser eficaz a desconstituir o cenário que proporcionou diversas violações aos direitos dos adolescentes privados de liberdade.

Por essa razão, no que diz respeito ao cumprimento das sanções e medidas impostas, é necessário averiguar para além de sua devida realização literal em termos individualizados, mas pondera-se sobre a relevância dessas em evitar a reincidência de violações de direitos humanos.

3.2 A efetividade da atuação da CIDH e da Corte IDH

Sobre o cumprimento pelo Estado da sentença prolatada pela Corte, cabe esclarecer que estas são classificadas como internacionais (MAGALHÃES, 2000)⁶.

⁶ Nos dizeres de José Carlos de Magalhães (2000, p. 102): “Sentença internacional consiste em ato judicial emanado de órgão judiciário internacional de que o Estado faz parte, seja porque aceitou a sua jurisdição obrigatória, como é o caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos, seja porque, em

Por este motivo, no Brasil, elas não necessitam passar pelo procedimento homologatório das sentenças estrangeiras pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) previsto na legislação interna para terem exequibilidade nacional. Ademais, conforme Mazzuoli (2014, p. 94), à luz da jurisprudência da Corte Interamericana, os deveres que os Estados condenados precisam de obedecer, conforme declarados na sentença, são:

- a) o dever de indenizar a vítima ou sua família; b) o dever de investigar toda a violação ocorrida (sem qualquer atenuação das leis internas) para que fatos semelhantes não voltem a ocorrer; e c) o dever de punir os responsáveis pela violação de direitos humanos perpetrada.

No Brasil, não sendo observados pelo Estado os comandos prolatados na sentença, cabe à vítima ou ao Ministério Público Federal deflagrar ação judicial a fim de garantir o efetivo cumprimento da sentença⁷, uma vez que elas também valem como título executivo no país. Dessa forma, a sentença possui aplicação imediata e deve observar os procedimentos internos relativos à execução de sentença desfavorável ao Estado. Outro modo de ação partindo do não cumprimento da sentença por parte do Estado é por meio da própria Corte IDH, a qual deverá informar tal fato à Assembleia-Geral da OEA no relatório anual que tem de apresentar à organização, fazendo as recomendações pertinentes, consoante artigo 65 (MAZZUOLI, 2014).

Ainda assim, concernente ao cumprimento integral das obrigações impostas aos Estados pela Corte Interamericana, um grande problema relatado por Mazzuoli (2014) diz respeito à dificuldade em executar internamente a investigação e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos relatadas na sentença emitida pela Corte. Apesar de não estar expressamente na CADH que os Estados têm tais deveres, a sua interpretação mais correta é de que eles se encontram implícitos.

A atualidade e pertinência do caso proposto, ainda que tendo sido apresentado à Corte há cerca de 19 (dezenove) anos, podem ser constatadas a partir do significativo número de crianças⁸ detidas no reduzido número de centros socioeducativos no Brasil. Ainda que a transparência dos dados do sistema socioeducativo seja uma problemática no país, segundo o “Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros e no Distrito Federal” emitido em setembro de 2019 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), existem 18.086 crianças em cumprimento de internação por tempo indeterminado em instituições socioeducativas e 16.161 vagas, o que causa um déficit de quase duas mil vagas, somatizando uma superlotação de 11,91% (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2019, p. 25).

Esta situação não deveria ser sequer uma realidade quando observados os termos da Carta Magna Brasileira. O §3º do artigo 227 detalha os aspectos da proteção especial concedida aos adolescentes no âmbito do Direito penal juvenil, dentre os quais vale a pena destacar o disposto nos incisos IV e V, isto é, o “pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica” e a “obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito

acordo especial, concordou em submeter a solução de determinada controvérsia a um organismo internacional, como a CIJ”.

⁷ Cf. art. 109, inciso III, da Constituição da República de 1988.

⁸ Destaque-se que o termo 'crianças' inserido neste contexto possui o significado adotado pela CADH, anteriormente explicitado no presente artigo, ou seja, toda pessoa menor de 18 anos de idade.

à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade” (BRASIL, 1988).

Aliás, ainda em 1990, com a sanção do ECA e conseqüente revogação do “Código de Menores”, houve a substituição do modelo adotado no tratamento aos infratores juvenis. Assim, não foi mais possível conceber que a institucionalização de adolescentes pudesse se suceder sem a estrita observância das regras e princípios constitucionais, pelo menos no plano teórico. Seu fracasso prático foi constatado e não à toa o Sinase foi instituído por lei com vistas a ser instrumento eficaz para efetivação de políticas públicas garantistas aos adolescentes autores de ato infracional. Todavia, findou-se em apenas uma outra legislação a ser inobservada.

Isto posto, apesar das circunstâncias do caso Complexo de Tatuapé contrariar relevantes normas jurídicas internacionais, antes disso, sob uma ótica exclusiva de direito interno, já havia nítida e grave contrariedade à Carta Magna do ordenamento jurídico brasileiro. Foi a morosidade de atuação do poder público, tanto se em seu âmbito executivo, como judiciário, que fez com que houvesse a necessidade de uma intervenção internacional. Todavia, nem sequer a *ultima ratio* proporcionou verdadeira mudança da atuação Estatal, e cabe ponderar o porquê.

Observe-se que aproximadamente 15 (quinze) anos depois, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Habeas Corpus coletivo nº 143.988, deparou-se com situação de violação de direitos fundamentais de adolescentes privados de liberdade (BRASIL, 2020). O objetivo da impetração foi instar o Poder Judiciário para promover correção da superlotação em unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação em Estados da federação. Notadamente, a Segunda Turma concedeu a ordem para vetar a prática de ultrapasse da capacidade projetada de internação de adolescentes prevista em cada unidade de execução de medida socioeducativa, orientando aos Magistrados das unidades de internação superlotadas a observância de uma série de critérios e parâmetros⁹.

Ao analisar o acórdão do referido julgamento, há menção expressa – e também implícita – aos deveres estatais reconhecidos pela Corte Interamericana sobre a matéria. Leva-se em consideração, por exemplo, a doutrina de proteção integral, e especificamente o direito dos adolescentes privados de liberdade a poderem desenvolver seus projetos de vida. Ou seja, de certa forma, a resolução da Corte efetivamente proporcionou um impacto para que houvesse uma devida observância de direitos. Contudo, do mesmo modo que a decisão foi individualizada, sua aplicação no Brasil também foi repressiva, e não preventiva.

Destarte, a ausência de determinações de caráter preventivo, acompanhadas da possibilidade de fiscalização, ou ao menos de prestação de contas em caráter mais contínuo, reduz significativamente o papel transformador que a CIDH e a Corte IDH poderiam proporcionar em mudar o *status quo* da continuidade de violação de um Direito. Considerando que as medidas são tão somente individualizadas, quantos casos a CIDH haveria de submeter à Corte para apreciar e julgar?

Um exemplo prático dessa reflexão é que recentemente, em abril de 2021, a Corte IDH determinou medidas provisórias a respeito da Unidade de Internação Socioeducativa do estado do Espírito Santo e dos presídios nacionais. Sua motivação,

⁹ Dentre os oito critérios criados, destaca-se a adoção do princípio *numerus clausus* como estratégia de gestão, com a liberação de nova vaga na hipótese de ingresso; a reavaliação dos adolescentes internados exclusivamente em razão da reiteração em infrações não graves; a transferência de adolescentes para outras unidades não superlotadas e próximas à residência dos seus familiares; subsidiariamente, incluir o adolescente em programa de meio aberto ou à internação domiciliar devidamente fiscalizada.

mais uma vez, teriam sido os maus tratos e a superlotação (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2021¹⁰), que foram majoradas mediante a incidência da Pandemia do COVID-19. Portanto, pode ser observado, dentro dos desdobramentos do caso, que as violações de direitos ocorridas no caso abordado ainda são comuns em muitas instituições socioeducativas brasileiras.

É oportuno registrar que caberia à Corte IDH, em parceria com o aparato funcional da CIDH, utilizar de um poder efetivo e modificador de um cenário de violação de direitos tais como ocorre no sistema socioeducativo de adolescentes. Observe que anterior à atuação da Corte, o maior poder que a Comissão Interamericana pode exercer é de pleitear pela concessão de medidas cautelares em situações graves e urgentes, para então prevenir danos irreparáveis a um indivíduo ou a um grupo. Mais uma vez, elimina-se o problema, mas não se propõe a resolver a problemática que o originou.

Noutro lado, lembre-se que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no âmbito de sua atividade ordinária, já monitora os direitos de crianças e adolescentes de seus Estados-membros, bem como as situações de vulnerabilidade e a atuação dos Estados para proteger e restituir os direitos dessa população. Com isso, pondera-se que para além da Corte meramente julgar e punir um Estado diante da inobservância aos seus valores e princípios, deve também se propor a estabelecer, utilizando-se das atividades da CIDH, medidas transformadoras que proporcione o Estado a não ser reincidente nas mesmas violações. O dispositivo final da decisão teria uma repressividade eficaz caso punisse pela manutenção do contexto geral de violação.

No âmbito de proteção, a reparação de um contexto de violação que gerou um caso não deve se restringir somente a indenizações às vítimas, o restabelecimento da situação anterior à condição de vítima, com sua respectiva reabilitação, essas são meras espécies do gênero reparação. Ao conceber que se trata de um sistema em prol da proteção internacional dos direitos humanos, a reparação deve garantir a não repetição dos atos ou omissões violadoras, sendo assim, um dever de prevenção (TRINDADE, 1997).

No caso concreto, nota-se que o Estado brasileiro foi réu, e não o estado de São Paulo. Por essa razão, não bastava que a desativação do Complexo de Tatuapé fosse suficiente para decidir pelo arquivamento do expediente. As investigações eram imprescindíveis. Inclusive, a própria Corte IDH registra que esse é o entendimento da Comissão na Resolução de 25 de novembro de 2008, *in verbis*:

[...] a Comissão manifestou que apesar dos avanços produzidos no sistema de atenção aos adolescentes em conflito com a lei, as medidas provisórias não são cumpridas simplesmente com a desativação do Complexo do Tatuapé e a transferência dos internos. O Estado deve garantir, de forma efetiva, às crianças e aos adolescentes sua vida e integridade pessoal e condições apropriadas de detenção (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2008).

¹⁰ Corte Interamericana de Direitos Humanos (2021, p. 3): "Esta Corte ordenou a adoção de medidas provisórias referentes à proteção da vida e da integridade pessoal da população privada de liberdade em três instituições penitenciárias e um centro de cumprimento de medidas socioeducativas localizados em diferentes estados e regiões do Brasil, [...] em decorrência de atos de violência carcerária e notória superpopulação".

No caso concreto, o Complexo de Tatuapé foi substituído por novas unidades de internação em conformidade com o novo padrão estrutural e sistema pedagógico da Fundação Casa, contudo, nessa instituição houve novos incidentes de violência, superlotação, e isolamentos prolongados. Como é possível admitir que "os fatos que motivaram a adoção das presentes medidas em favor de determinadas pessoas que àquele momento encontravam-se privadas de liberdade no Complexo do Tatuapé já não subsistem"? (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2008).

É bem verdade que a Corte não poderia exceder a competência da decisão acerca das medidas provisórias – não podendo considerar argumentos relativos ao mérito da questão ou alegações que não se relacionem estritamente com a extrema gravidade, urgência e necessidade para evitar danos irreparáveis –, porém claramente anuiu com a Comissão no entendimento pelo arquivamento, e não prosseguimento dos autos. Ambas entidades findaram em nítida negligência.

Conquanto não haja sequer um caso em que investigações foram realizadas, e o mérito tenha sido objeto de análise da Corte, existem mais outras 13 (treze) Resoluções de Medidas Provisórias cujo assunto é "Unidade de Internação Socioeducativa no Brasil" (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2024). A última resolução, inclusive, foi editada recentemente, em 8 de fevereiro de 2023. Dessa forma, a função emergencial dessas medidas ao propor resolver somente problemas pontuais, resulta na continuidade do real contexto problemático de violação, o qual perdura até os dias atuais.

Ao fim, a Corte IDH deixou de considerar a visão integral dos direitos humanos, em que a legitimidade de sua preocupação com as violações de direitos humanos só se efetiva por esforços correntes em prol do efetivo estabelecimento e consolidação do monitoramento contínuo da situação dos direitos humanos (TRINDADE, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes é uma questão de imensa relevância no cenário internacional. E, não é demais enfatizar que no contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são as entidades responsáveis na promoção e defesa desses direitos.

Todavia, vislumbra-se que a efetividade da atuação desses órgãos resta enfraquecida ao não enfrentar o mérito, e assim dizer, a real problemática, dos casos monitorados pela CIDH e apresentados à Corte IDH. Isto porque, o mero estabelecimento de medidas provisórias para impedir danos irreparáveis, sem continuidade de investigações, finda insuficiente em solucionar um cenário de transgressão de direitos. Para que as normativas internacionais sejam efetivamente aplicadas, a tutela dos direitos humanos deve ter impacto para além de casos isolados.

Dessa forma, ao mesmo tempo que a análise do caso "Complexo do Tatuapé vs. Brasil" pôde demonstrar a importância da intervenção da CIDH e da Corte IDH, observou-se também que o caso é nitidamente um retrato do sistema socioeducativo brasileiro, de modo que a situação de direitos violados é comum em muitas outras instituições. E muito embora as entidades da OEA tenham buscado assistir as vítimas, sob uma perspectiva ampla de proteção, essas mesmas entidades têm sido negligentes em evitar que o Brasil seja reincidente em ser transgressor de direitos infanto-juvenis, como vem ocorrendo.

REFERÊNCIAS

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 1990.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Habeas Corpus coletivo nº 143.998. Relator: Ministro Edson Fachin – Segunda Turma. Brasília, decisão de 24 ago. 2020, publicação de 04 set. 2020. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753732203>. Acesso em: 18 mar. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Washington, DC: Aprovado pela Comissão em seu 137º período ordinário de sessões, realizado de 28 de outubro a 13 de novembro de 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros e no Distrito Federal**. Brasília: Comissão da Infância e da Juventude, 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **¿Qué es la Corte IDH?** 2024. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/que_es_la_corte.cfm. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 17 de novembro de 2005**. Solicitação de medidas provisórias apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos com respeito República Federativa do Brasil caso das crianças e adolescentes privados de liberdade no “Complexo do Tatuapé” da FEBEM. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/febem_se_01_portuques.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 25 de novembro de 2008**. Medidas Provisórias a respeito do Brasil Assunto das crianças e adolescentes privados de liberdade no “Complexo do Tatuapé” da Fundação CASA. 2008. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/febem_se_06_por.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **Resolução da Presidenta da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 20 de Abril de 2021**. Medidas Provisórias a Respeito da República Federativa do Brasil. Assuntos da Unidade de Internação Socioeducativa, do Complexo Penitenciário do Curado, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho. 2021. Disponível em:

https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/asuntos_unidad_se_02_por.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

_____. **Resoluções de Medidas Provisórias**. 2024. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/medidas_provisionales.cfm?lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2024.

DI REZENDE, Marcelo. **A aplicabilidade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

FIX-ZAMUDIO, Héctor. **Protección jurídica de los derechos humanos: estudios comparativos**. CNDH, 1999.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e Ato Infracional: Medida Socioeducativa ou Pena?** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MAGALHÃES, J. C. **O Supremo Tribunal Federal e o direito internacional: uma análise crítica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Método, 2014.

_____. **Curso de direito internacional público**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Outubro de 1979. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/v.estatuto.corte.htm>. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **OEA: Quem Somos**. 2024. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **OEA: CIDH**. 2024. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp>. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **Convenção Americana sobre os Direitos Humanos**. 22 nov. de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 08 mar. de 2024.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 20 de nov. de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BICHARA, Jahyr-Philippe. PAIVA, Uliana Lemos de. A Violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Sistema Penitenciário Pátrio e a Possibilidade de Responsabilização Interna e Internacional do Estado Brasileiro. **Rev. Constituição e Garantia de Direitos**. v. 45, n. 01, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4351/3550>.

Acesso em: 03 mar. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2013.

_____. Sistema Interamericano de Direitos Humanos: impacto transformador, diálogos jurisdicionais e os desafios da reforma. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 3, n. 1, p. 76-101, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/REDESG/article/view/16282#.YVp3akbMJQI>.

Acesso em: 02 mar. 2024.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REPÓRTER BRASIL. **Denúncia é levada à Corte de Direitos Humanos da OEA**. 2005. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2005/11/denuncia-e-levada-a-corte-de-direitos-humanos-da-oea/>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SEPÚLVEDA, César. **La Comisión Interamericana y la Convención Americana sobre Derechos Humanos**. La protección internacional de los derechos del hombre. Balance y perspectivas. México: UNAM, 1983.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, p. 167-177, 1997.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. ROBLES, Manuel E. Ventura. **El Futuro de la Corte Interamericana de Derechos humanos**. 2ª ed. atualizada e ampliada, San José/Costa Rica, Corte Interamericana de Direitos Humanos e ACNUR, 2004.